

Estratificação horizontal nas licenciaturas das instituições federais brasileiras

Gabriela Honorato

Professora da UFRJ

Carolina Zuccarelli

Professora da UFF

André Vieira

Doutorando em Sociologia pela UFRJ

Resumo

A ampliação das matrículas em cursos da área de Educação foi um dos principais vetores da expansão recente do ensino superior brasileiro. O objetivo do artigo é analisar até que ponto essa expansão significa, de fato, democratização de oportunidades de formação em distintas carreiras docentes. Os resultados obtidos, a partir de exercícios realizados com os microdados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes 2014, revelam que as subáreas de Educação estão distintamente caracterizadas de acordo com a origem socioeconômica e marcas sociais dos/das estudantes. As evidências são discutidas a partir de bibliografia que trata da “democratização segregativa” do ensino superior e de sua “estratificação horizontal”.

Palavras-chave: Ensino superior; Estratificação educacional; Formação de professores.

Abstract

Horizontal stratification in the teacher training courses of brazilian federal institutions

The expansion of enrollments in courses in the area of Education was one of the main vectors of the recent expansion of Brazilian higher education. The purpose of this article is to analyze the extent to which this expansion means, in fact, democratization of training opportunities in different teaching careers. The results obtained from exercises carried out with the microdata from the 2014 National Examination of Student Performance, reveal that the subareas of Education are distinctly characterized according to the socioeconomic origin and social marks of the students. The evidences are discussed from a bibliography that deals with the “segregative democratization” of higher education and its “horizontal stratification”.

Keywords: Higher education; Educational stratification; Teacher training.

Resumen

Estratificación horizontal en los cursos de formación de profesores de las instituciones federales brasileñas

Resumen: La ampliación de las matrículas en cursos del área de Educación fue uno de los principales vectores de la expansión reciente de la enseñanza superior brasileña. El objetivo del artículo es analizar hasta qué punto esa expansión significa, de hecho, democratización de oportunidades de formación en distintas carreras docentes. Los resultados obtenidos, a partir de ejercicios realizados con los microdatos del Examen Nacional de Desempeño de Estudiantes 2014, revelan que las subáreas de Educación están diferenciadamente caracterizadas de acuerdo con el origen socioeconómico y las marcas sociales de los / las estudiantes. Las evidencias son discutidas a partir de bibliografía que trata de la “democratización segregativa” de la enseñanza superior y de su “estratificación horizontal”. **Palabras clave:** Enseñanza superior; Estratificación educativa; Formación de profesores.

Introdução

O diploma universitário tem papel fundamental na estruturação de sistemas de estratificação e mobilidade social nas sociedades modernas, constituindo importante tópico dos estudos no campo da Sociologia da Educação e da Produção e Efeitos de Desigualdades Sociais. Nos sistemas de educação terciária que passaram por forte expansão recente, como é o caso brasileiro, esse tipo de credencial assume relevância particular. No entanto, apesar da vigorosa ampliação de diferentes indicadores da educação superior nas últimas décadas, apenas para os últimos anos há evidências, no país, de queda nas desigualdades sociais de entrada no sistema (BRITO, 2017; SALATA, 2018). Por outro lado, a diminuição das desigualdades na entrada combina-se com a persistência ou aumento nas *desigualdades horizontais* na permanência e conclusão de cursos em diferentes campos de estudo e tipos institucionais, como também nos retornos dos diplomas (BARBOSA; VIEIRA; SANTOS, 2017; CARVALHAES; RIBEIRO, 2017; RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015).

Um grande número de estudos vinculados ao campo da *Sociologia do Ensino Superior* (NEVES; SAMPAIO; HERINGER, 2018) tem analisado a contribuição das transformações institucionais neste nível de ensino em termos de expansão, diversificação, mercantilização e modernização para a equalização de oportunidades sociais. Estudos voltados para a análise de *desigualdades qualitativas* ou *horizontais* na educação terciária têm indicado padrões de “manutenção efetiva de desigualdades” (LUCAS, 2001), associados ao acesso socialmente demarcado de distintos grupos sociais a diferentes segmentos e posições no interior do sistema de educação superior. Em grande medida, as posições mais vantajosas e lucrativas continuam reservadas aos grupos

mais privilegiados, mesmo numa área como a de *Educação*, que atrai grupos menos favorecidos (BARBOSA; VIEIRA; SANTOS, 2017; HONORATO; VIEIRA; ZUCCARELLI, 2018; PRATES; COLLARES, 2014; PRATES; SILVA, 2014; RIBEIRO, 2014; RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015; ZUCCARELI; HONORATO, VIEIRA; 2018).

A persistência de desigualdades na educação superior do país tem ocorrido, portanto, em conjunto com o processo de expansão do sistema. Nas últimas décadas, mudanças legislativas e a implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas para o aumento da equidade no acesso à educação terciária, como a Lei N° 12.711/2012 (BRASIL, 2012), que estabeleceu reserva de vagas por critério social, de renda e de cor/etnia nas instituições federais, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2005, ampliaram o acesso à formação superior para grandes faixas da população socialmente desfavorecida. A literatura empírica mencionada acima, contudo, tem mostrado que o modelo de expansão brasileiro tem problemas importantes. A configuração institucional do sistema permanece fortemente hierarquizada em tipos institucionais, categorias administrativas e graus acadêmicos, e indica fragilidades em seguir crescendo, haja vista a estagnação nos novos ingressos em cursos presenciais nos últimos quatro anos e nas taxas de evasão e conclusão na graduação.

Os cursos da área de Educação¹ foram um dos principais vetores da expansão e da diversificação da oferta de ensino superior no Brasil nas últimas décadas. A área cresceu de acordo com diferentes indicadores em todo o sistema, mas nas instituições federais sua ampliação apresentou grande destaque: as matrículas aumentaram 15 vezes entre 1995 e 2015. Hoje, a categoria “pública federal” oferece 28% dos cursos do país (HONORATO; VIEIRA; ZUCCARELLI, 2018; ZUCCARELI; HONORATO, VIEIRA; 2018). O mais recente Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, propôs um conjunto de ações para a melhoria da educação básica, incluindo a ampliação da oferta federal no que diz respeito à formação de professores (BRASIL, 2007). Assim, além da área estar recebendo um número considerável de “novos estudantes” (HONORATO, 2015), particularmente o setor público federal tem tido muita relevância para políticas que visam melhorias da “eficácia do aprendizado” no Ensino Fundamental e Médio (ELACQUA; HINCAPIÉ; VEGAS; ALFONSO, 2018).

1 Cursos e programas de formação de professores para a educação básica, incluindo a educação profissional.

Entre 2005 e 2015, diminuiu a presença do setor privado na área de Educação, e, mesmo quando consideramos este último, são as instituições sem fins lucrativos as que possuem maior domínio na formação de professores (HONORATO; VIEIRA; ZUCCARELLI, 2018; ZUCCARELLI; HONORATO, VIEIRA; 2018). Na categoria “pública federal”, o percentual de matrículas em cursos de “licenciatura” aparece acima do percentual dos demais tipos de graus acadêmicos (INEP, 2015). Mas as *diferenças internas* quanto à seletividade social, desempenho e retorno social e econômico dos diplomas são, ainda, questões que carecem de análises mais detalhadas. É possível observar diferenças entre categorias administrativas (ou mesmo no interior de uma única categoria), tais como aquelas que se referem a características regionais, nas condições de acesso e permanência, entre outras. Esse tipo de investigação pode oferecer importantes evidências para o debate sobre o processo de democratização do ensino superior e para estudos sobre a *estruturação social da profissão docente*.

Pesquisas voltadas para o *condicionamento social* do acesso aos diferentes campos de estudos superiores no país indicam que, histórica e tradicionalmente, mulheres, grupos menos favorecidos socioeconomicamente, com certas marcas sociais e de menor desempenho acadêmico prévio, concentram-se na área de Educação e na área de Saúde e Bem-Estar (GATTI, 2009; GOUBEIA, 1970; NOGUEIRA, 2012; NUNES, 2015; PALAZZO, 2015; PAUL; SILVA, 1998; SETTON, 1999). Trabalhos feitos no Brasil e em outros países da América Latina situam a área de Educação entre aquelas onde os jovens a escolhem não porque, necessariamente, se sentem vocacionados, ou por se tratar de uma carreira atraente. Mas é uma carreira acessível, com menor exigência acadêmica para o acesso, e, muitas vezes, a única oferecida nas proximidades de onde moram. O Brasil, nesta região, seria o país que mais atrai jovens que não têm interesse na docência, matriculados em cursos de Educação (ELACQUA et al., 2018).

Além disso, independentemente da seletividade acadêmica das instituições de ensino superior, a área figura como a de menor retorno econômico no mercado de trabalho (GERBER; CHEUNG, 2008; RIBEIRO; SCHLEGEL 2015; SCHWARTZMAN, 2012²). No Brasil, os vencimentos do exercício do trabalho docente são pouco animadores no país desde o Império (CUNHA, 1989), mas foram ainda mais desvalorizados a partir dos anos 1980. Até a primeira metade do século XX, ser professor da

2 SCHWARTZMAN, Simon. A educação de nível superior no Censo de 2010. Trabalho preparado para apresentação no Encontro do Grupo de Pesquisa “Ensino Superior: expansão, diversificação, democratização”. Belo Horizonte, 27/28 de setembro 2012.

educação básica era uma profissão de muito prestígio social; a formação nas Escolas Normais era muito valorizada, uma vez que era muito seletiva. Mas com as transformações sociais, econômicas e políticas que as sociedades latino-americanas vivenciaram desde então, incluindo a rápida expansão da cobertura escolar, incorporando, na educação básica, milhões de novos alunos, e, com efeito, a necessidade de contratação de milhares de novos professores, os salários sofreram redução ainda maior, de modo a não onerar o tesouro público. O perfil social dos professores também se alterou.

Neste trabalho, destacamos *desigualdades internas* ou *horizontais* da área de Educação observadas a partir de informações socioeconômicas, de condições de acesso e permanência e de desempenho de estudantes concluintes de 2014, obtidos por meio dos Microdados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Os resultados indicam um padrão bem marcado de desigualdades entre a subárea Pedagogia e as demais subáreas do conhecimento que apontam para docentes formados para atuar nas disciplinas de Ciências Humanas, Matemática e Ciências Naturais, e Linguagens e Códigos. Mas piores condições socioeconômicas, de acesso, de permanência e de desempenho estariam associadas ao preenchimento de posições de menor prestígio e remuneração no mercado de trabalho em Educação? Somente analisando a saída do sistema de ensino e a entrada no disputado campo do trabalho é que será possível verificar em que medida estudantes com distintos perfis se beneficiam de suas credenciais superiores.

Dados e método

A educação superior desempenha papel central na organização das hierarquias sociais e dos sistemas de estratificação e mobilidade nas sociedades modernas. A posse do diploma superior é crescentemente importante na configuração das trajetórias de vida individuais e, mais especificamente, nas oportunidades no mercado de trabalho. A expansão por que passou a educação de nível pós-secundário em vários países do mundo nas últimas décadas e a descoberta de fenômenos sociais particulares a esses sistemas educacionais estimularam o interesse de teóricos e pesquisadores da Sociologia das Desigualdades de Oportunidades Educacionais e Sociais. Em sistemas de ensino superior como o brasileiro, cuja expansão foi alavancada, sobretudo, pelo aumento de matrículas em cursos de baixo prestígio e retorno social e econômico, como é o caso dos cursos de Pedagogia e licenciaturas em geral, interessa saber em que medida a maior oferta de educação de nível terciário implicou em mudanças na estrutura

das desigualdades de renda, prestígio e poder no país.

O entendimento de que as diferenças (por exemplo, institucionais e/ou de qualidade, prestígio) que organizam os sistemas de educação estão associadas tanto à origem social de indivíduos e grupos quanto ao seu ponto de destino no mercado de trabalho alimentou o surgimento de uma literatura, cada vez mais vasta, sobre a *dimensão horizontal* ou *qualitativa* desses sistemas (e.g. COLLARES, 2010; RIBEIRO, 2014; RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015). Um dos aspectos da bibliografia já acumulada está compreendido nas diversas áreas de formação oferecidas no Brasil e nas diferenças entre cursos de uma mesma área. Para a área de Educação, evidência recente indica que os estudantes de diferentes subáreas de formação percorrem com probabilidades distintas os diferentes segmentos do sistema: em Pedagogia, o estudante típico está matriculado em curso noturno de instituição privada ou em cursos à distância, enquanto nas Licenciaturas específicas, frequenta cursos presenciais diurnos em instituições públicas (HONORATO; VIEIRA; ZUCCARELLI, 2018; ZUCCARELI; HONORATO; VIEIRA, 2018).

Em grande medida, a literatura indica a *manutenção efetiva de desigualdades* educacionais no ensino superior (LUCAS, 2001), de modo que a democratização promovida pela ampliação do sistema tem tido caráter *segregativo* (DUBET, 2015). Em outras palavras, as carreiras ou instituições de maior prestígio e retornos econômicos continuam sendo reservadas para os estudantes já socialmente privilegiados. Estudo recente sobre desigualdades entre áreas de formação no ensino superior brasileiro indicou forte estratificação por renda, escolaridade e gênero entre os concluintes desse nível (BARBOSA; VIEIRA; SANTOS, 2017). De acordo com os autores, a área de Educação está entre aquelas que oferecem as oportunidades mais promissoras para mulheres, negros, de famílias pouco educadas e de baixa renda alcançarem o diploma universitário. Por outro lado, Medicina, Direito e Engenharia estão entre as carreiras as quais esses mesmos grupos têm as menores probabilidades de acessarem. Mas há desigualdades no interior de cada área.

A análise apresentada aqui será orientada pela perspectiva, empiricamente reforçada, de que a expansão (ou *massificação*) recente da educação superior brasileira não implicou em efetiva *democratização* do acesso e da conclusão desse nível de ensino (DUBET, 2015), com desigualdades observadas mesmo dentro de uma mesma área de formação. Embora o sistema tenha começado a abandonar um caráter elitista e aberto portas de entrada para grandes faixas da população menos favorecida, obser-

vamos que diferentes grupos sociais têm se beneficiado desigualmente desse processo. Acreditamos que a área de Educação, dada a sua relevância notória no processo de expansão do ensino superior no país, ofereça possibilidades importantes da expressão desse fenômeno. A seguir, faremos uso de técnicas de estatística descritiva para analisar *desigualdades internas* ou *estratificação horizontal* da área de Educação na categoria “pública federal”, englobando todas as instituições federais brasileiras, considerando as seguintes subáreas da educação básica:

- Ciências Humanas e suas tecnologias (História; Geografia; Filosofia; Ciências Sociais);
- Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias (Matemática; Física; Química; Biologia; Ciências da Computação);
- Linguagens, Códigos e suas tecnologias (Letras – Português, Inglês, Espanhol; Artes Visuais, Educação Física; Música);
- Pedagogia (que formam professores para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental).

Para analisar a *estratificação horizontal* na área de Educação das instituições federais foram considerados os microdados do Enade. O Enade compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), e objetiva verificar o desempenho de estudantes a partir de provas com conteúdos e competências previstas nas diretrizes curriculares de seus cursos de graduação (componente específico, de cada curso); e, previstas para todos os que passam pelo ensino superior (componente formação geral). Na sua atual formatação, o Enade avalia o desempenho dos estudantes concluintes dos cursos de graduação no país, de acordo com suas diretrizes curriculares. O período máximo para cada área do conhecimento ser avaliada é de três anos. A área de Educação foi avaliada nos anos de 2005, 2008, 2011 e 2014. Entretanto, apenas em 2011 os microdados do Exame permitiram distinguir os estudantes de licenciatura dos de bacharelado. No momento de produção deste artigo, os dados de 2014 eram os mais recentes.

Para proceder com o objetivo do trabalho, foram selecionados apenas os concluintes dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas do Enade 2014³ (INEP,

3 Análise preliminar dos dados de 2011 revelaram poucas diferenças socioeconômicas e institucionais entre as coortes de concluintes deste ano e de 2014. Assim, decidimos reportar apenas os dados referentes ao Enade 2014. A tabulação construída a partir dos dados dos dois anos está

2014). Utilizamos técnicas de estatística descritiva para analisar as quatro subáreas do conhecimento da Educação. Essa categorização dos cursos, original nos estudos sobre *estratificação horizontal no ensino superior*, na área de Educação, acompanha a proposta do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e permite observar desigualdades entre as subáreas de formação de professores de acordo com a organização curricular da educação básica do país. Especificamente, analisamos três conjuntos de características dos estudantes concluintes da área de Educação nas instituições federais: (i) *indicadores socioeconômicos e de marcas sociais*; (ii) *condições de acesso e permanência nos cursos*; e (iii) *desempenho*, medido pela nota bruta geral, nota bruta de formação geral e nota bruta de formação específica (de cada subárea).

Resultados

As instituições federais responderam por 22% do total de concluintes nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas no Enade 2014, distribuídos de maneira proporcional entre as quatro subáreas em análise. Padrão diferente é observado nos estabelecimentos de ensino superior privado, municipal e estadual, com destaque para a concentração de concluintes em cursos de Pedagogia (49%) – Figura 1A e 1B. De maneira geral, os estudantes dos cursos de formação de professores nas instituições federais são mais jovens do que os das demais categorias administrativas (41% na faixa etária adequada para estar no ensino superior, isto é de 18 e 24 anos); trabalham menos (48% não trabalha); e possuem pais com escolaridade mais alta (25% dos pais – pai e mãe – com ensino superior). Não obstante, neste trabalho, interessa analisar as diferenças internas dos cursos de formação de professores no interior da categoria “pública federal”⁴. Dedicamos as seções seguintes a essa tarefa. Haveria *diferenças internas* importantes entre as instituições de ensino federais?

disponível sob solicitação aos autores.

4 Para saber mais sobre as diferenças internas dos concluintes da área de Educação do ensino superior no Brasil, nas diversas categorias administrativas, ver Honorato, Vieira & Zuccarelli (2018a; 2018b; 2018c).

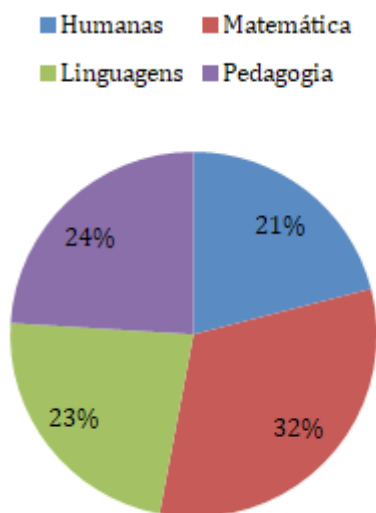


Figura 1A

Concluintes por subárea de Educação –
instituições públicas federais -- Brasil, 2014

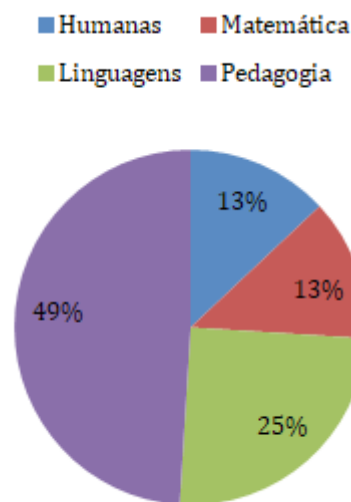


Figura 1B

Concluintes por subárea de Educação –
demais instituições -- Brasil, 2014

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Enade 2014.

Indicadores socioeconômicos, de marcas sociais e desempenho

Nesta seção, são apresentados resultados que indicam a ocorrência de importantes desigualdades socioeconômicas, de marcas sociais e de desempenho no Enade 2014 entre os estudantes concluintes das distintas subáreas de Educação das instituições federais. As evidências reforçam a relevância da análise desagregada das diferentes áreas do ensino superior e dentro de uma mesma área, em nosso caso, a Educação. A Tabela 1 mostra as características sociodemográficas básicas selecionadas para descrever o perfil dos concluintes dos cursos de licenciaturas nas instituições federais. Em relação à grande área Educação, podemos constatar nela apenas fatos já sabidos: há forte participação de mulheres (65%); a maior parte dos estudantes tem origem em famílias pouco escolarizadas (o ensino fundamental é o maior nível alcançado pelos pais de quase três quintos deles) e de famílias de baixa renda (62% delas com renda de até três salários mínimos); e, há enorme presença de estudantes trabalhadores – mais da metade concilia estudos e trabalho (66%).

Tabela 1

Estatísticas descritivas das características socioeconômicas dos concluintes da área de Educação, segundo subáreas de conhecimento – instituições federais – Brasil, 2014

Indicadores	Subáreas de conhecimento				Total N (%)
	Ciências Humanas N (%)	Matemática, Ciências da Natureza N (%)	Linguagens, Códigos N (%)	Pedagogia N (%)	
Cor					
Branca	3.607 (29%)	6.406 (33%)	4.689 (34%)	4.903 (34%)	44.673 (42%)
Negra	1.622 (13%)	1.914 (10%)	1.587 (11%)	1.940 (13%)	9.693 (9%)
Sexo					
Mulheres	6.546 (52%)	10.372 (54%)	8.913 (64%)	13.005 (90%)	38.836 (65%)
Homens	6.008 (48%)	8.767 (46%)	5.028 (36%)	1.442 (10%)	21.245 (35%)
Idade					
18 a 24 anos	3.878 (31%)	6.935 (36%)	4.918 (35%)	3.319 (20%)	19.050 (32%)
24 a 29 anos	3.805 (30%)	5.648 (29%)	3.817 (27%)	3.162 (20%)	16.432 (27%)
29 a 37 anos	2.632 (21%)	3.986 (21%)	2.967 (21%)	3.655 (29%)	13.240 (22%)
37 anos ou mais	2.240 (18%)	2.573 (13%)	2.238 (16%)	4.313 (31%)	11.364 (19%)
Educação dos pais (pai e mãe)					
Sem instrução	2.262 (11%)	3.756 (11%)	2.427 (10%)	4.159 (16%)	12.604 (12%)
Fundamental	9.407 (48%)	16.429 (49%)	10.469 (44%)	14.401 (55%)	50.706 (49%)
Médio	5.305 (27%)	8.720 (26%)	6.488 (18%)	5.291 (20%)	25.804 (25%)
Superior	2.826 (14%)	4.359 (13%)	4.172 (18%)	2.171 (8%)	13.528 (13%)
Renda familiar mensal (salários mínimos)					
Até 1,5	2.654 (27%)	4.525 (27%)	2.900 (25%)	3.924 (30%)	14.003 (27%)
De 1,5 a 3	3.271 (33%)	5.428 (33%)	3.725 (32%)	4.755 (37%)	17.179 (33%)
De 3 a 4,5	1.693 (17%)	3.067 (18%)	2.135 (18%)	2.263 (17%)	9.158 (18%)
De 4,5 a 6	979 (10%)	1.580 (9%)	1.262 (11%)	1.031 (8%)	4.852 (9%)
Acima de 6	1.303 (13%)	2.032 (12%)	1.756 (15%)	1.038 (8%)	6.129 (12%)
Situação de trabalho (semanal)					
Não trabalha	3.666 (37%)	6.207 (37%)	4.040 (34%)	3.733 (29%)	17.646 (34%)
Trabalha -40h	3.226 (33%)	5.228 (32%)	4.923 (42%)	4.989 (38%)	18.366 (36%)
Trabalha +40h	3.008 (30%)	5.197 (31%)	2.815 (24%)	4.289 (33%)	15.309 (30%)
Categoria administrativa da instituição de ensino superior do/da estudante					
Federal	12.555 (21%)	19.142 (32%)	13.941 (23%)	14.449 (24%)	60.087 (20%)
Demais categorias	31.059 (13%)	29.544 (13%)	59.435 (25%)	116.697 (49%)	236.735 (80%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Enade 2014.

Nota: O percentual de *missing* nos cruzamentos realizados é de 44%.

A novidade deste artigo, contudo, está na análise desagregada da área Educação e no uso de categorias do Enem e BNCC na classificação das subáreas examinadas. Vemos ainda que, embora a maioria dos concluintes das licenciaturas sejam mulheres, a presença delas varia de forma notável entre as subáreas de conhecimento: a área de Pedagogia sobressai-se como a mais feminina delas, com impressionantes 90%, enquanto as licenciaturas de Ciências Humanas apresentam a maior proporção de homens (48%), seguidas de Matemática e Ciências da Natureza (46%). A feminização de um grupo profissional ou mesmo de uma subárea de formação pode ser um importante indicador do *processo de condicionamento social das vocações* (BARBOSA, 2015), por meio do qual a escolha por um curso de Pedagogia, por exemplo, pode ser encarada como *condicionamento social* exercido na socialização das mulheres, fazendo com que se vejam “naturalmente vocacionadas” e, portanto, destinadas à tarefa de educação das crianças.

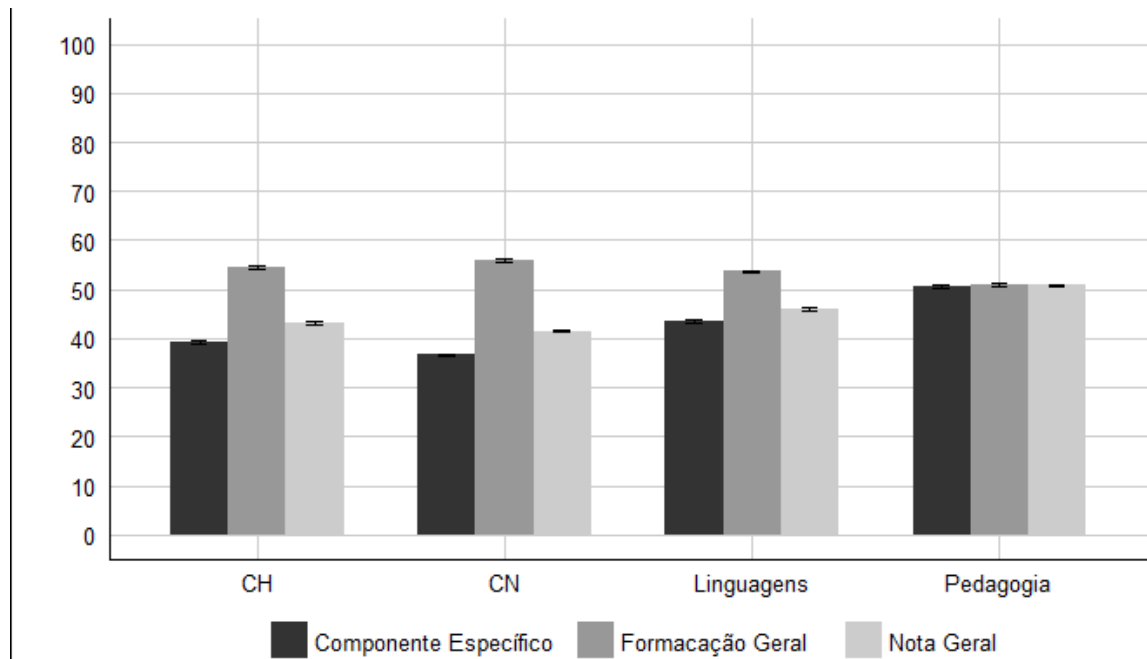
A idade com que se acessa e conclui a educação superior está, sabidamente, associada à origem social dos estudantes. Quanto mais jovens são os ingressantes em uma determinada carreira, maiores são as probabilidades de que sejam provenientes de grupos socialmente privilegiados (BARBOSA; ZUCCARELLI, 2014). De acordo com dados do Censo da Educação Superior 2013 (INEP, 2013), a média de idade dos estudantes da área de Educação (28,5 anos) é a maior dentre as grandes áreas desse nível. Os dados do Enade 2014 indicam que 68% dos concluintes das licenciaturas têm 25 anos ou mais de idade, portanto, acima da faixa etária ideal (18 a 24 anos). A subárea Pedagogia é aquela que possui o maior percentual de estudantes concluintes com mais de 24 anos (80%). Se o percentual médio de toda a categoria federal para a idade adequada é de 32%, as subáreas Matemática e Ciências da Natureza e Linguagens e Códigos ficam acima da média, com 36 e 35%, respectivamente (o que também pode ser observado na Tabela 1).

A literatura sobre Sociologia do Ensino Superior indica a diminuição recente de desigualdades de cor no acesso aos cursos de graduação no país (SOUZA; RIBEIRO; CARVALHAES, 2010; ARTES; RICOLDI, 2015), mas sugere que os estudantes negros têm ocupado principalmente aqueles de menor prestígio e retorno no mercado (BARBOSA; VIEIRA; SANTOS, 2017). Na Tabela 1, podemos observar que 9% dos concluintes das licenciaturas no Enade 2014 se autodeclararam “negros”, mas os negros estão ainda mais presentes nas licenciaturas em Pedagogia e Ciências Humanas (ambas com 13%), seguidas de Linguagens e Códigos (11%) e Matemática e Ciências

da Natureza (10%). Ou seja, quanto mais a subárea se aproxima de conhecimentos mais “exatos”, mais jovens e brancos são os concluintes. Este é um dado importante, pois prestígio e renda de carreiras se assentam sobre a autoridade do conhecimento científico/abstrato/exato na modernidade, como argumenta Starr (1982), importante referência da Sociologia das Profissões.

Os concluintes da subárea Linguagens e Códigos são aqueles que vêm de famílias mais educadas na Educação (18% têm pelo menos um dos pais com diploma superior). Por outro lado, as licenciaturas em Pedagogia têm a menor proporção de concluintes nesse grupo (8%), inferior à média total da área (13%). Quadro semelhante é observado em relação à renda familiar, com a área de Pedagogia ligeiramente desfavorecida em relação às demais, com 67% dos concluintes vindo de famílias com renda mensal de até três salários mínimos nacionais vigentes. A variável referente à situação de trabalho dos concluintes também mostra pouca variação entre as subáreas de conhecimento. Em todas, pelo menos 66 % trabalham, seja ou não em regime integral. Mas os estudantes de Pedagogia são os que mais trabalham 40 horas ou mais por semana. É possível sugerir que os concluintes de Pedagogia seguem, em maior proporção, um *padrão invertido* de transição: do trabalho para a educação superior. É possível que muitos já estivessem inseridos no mercado de trabalho quando a buscaram.

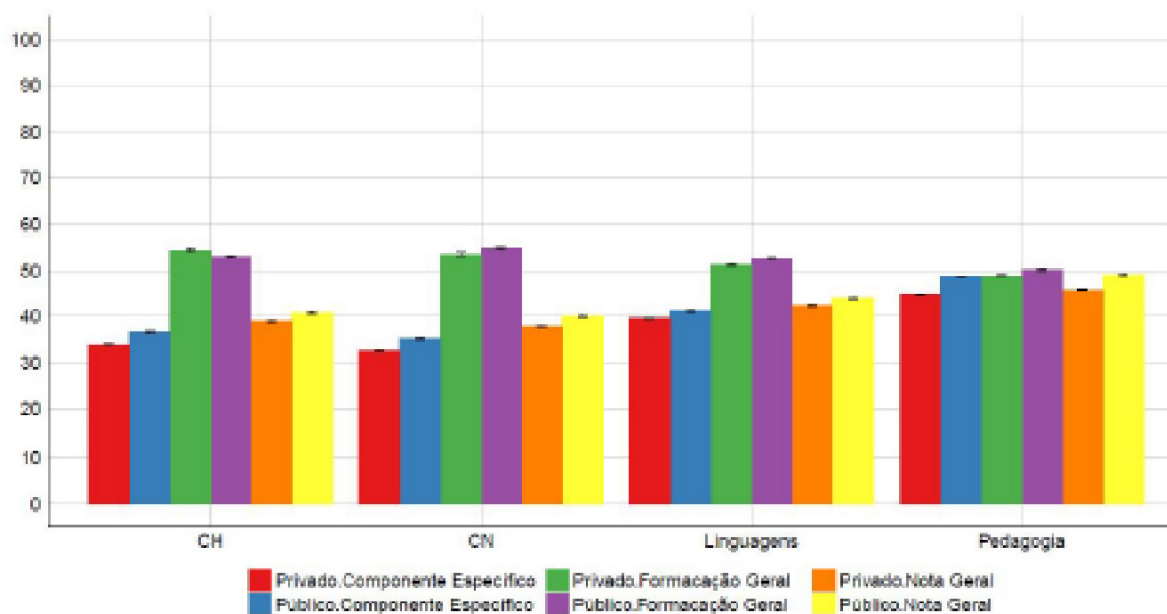
A Figura 2 mostra as diferenças nas notas gerais no Enade 2014, bem como em suas seções de componente ou formação específica e de componente ou formação geral, numa escala de 0 a 100. A média das três notas de Pedagogia é a mesma (50,0) e esta é a subárea com maior média de notas no componente ou formação específica; as demais subáreas têm notas gerais menores que a Pedagogia. Entretanto, quando se observa as notas do componente ou formação geral, vê-se que todas as subáreas apresentam cerca de cinco pontos a mais que a Pedagogia. A Figura 3 mostra as diferenças nas notas para o setor público e privado. Estudantes concluintes das instituições públicas têm notas sistematicamente maiores do que os de instituições privadas, tanto no componente ou formação específica quanto no geral, com exceção desta última para Ciências Humanas. Entre as privadas, cabe a observação, os cursos de Ciências Sociais e Filosofia concentram-se nas sem fins lucrativos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Enade 2014.

Figura 2

Notas do Enade por subárea de Educação nas instituições federais -- Brasil, 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Enade 2014.

Figura 3

Notas do Enade por subárea de Educação e categoria administrativa -- Brasil, 2014

Condições de acesso e permanência

A Tabela 2 apresenta dados referentes à trajetória escolar prévia dos concluintes e sobre suas condições de permanência, como o turno do curso feito e o recebimento de apoio social. Com relação à categoria administrativa do estabelecimento do Ensino Médio, mais de três quartos dos concluintes da área de Educação frequentaram a rede pública – para qualquer uma das carreiras. Observamos, entretanto, que a subárea Pedagogia é a que apresenta o maior percentual (85%), concentrando, também, o maior percentual de estudantes que fizeram ensino médio profissionalizante, muito provavelmente em Cursos Normais. Por outro lado, observamos que a subárea Linguagens e Códigos é a que apresenta o maior percentual para escola privada de Ensino Médio (25%). Os principais motivos dos concluintes para a escolha da licenciatura foram vocação (31%) e inserção no mercado de trabalho (15%). A proporção razoavelmente alta do primeiro item pode indicar condicionamento social do processo de socialização das mulheres; do segundo, *padrão invertido de transição*.

Ao se justificar a escolha por um curso de licenciatura por “vocação”, a resposta pode indicar a incorporação da ideologia moderna ou liberal (presente até mesmo em algumas correntes teóricas) de que as aptidões, os dons, as habilidades inatas seriam as responsáveis pela “opção” (livre) pela área. Mas, tendo em vista a correlação entre origem socioeconômica e escolha do curso, esta pode expressar desvantagens sociais que são substituídas por orientações escolares (BOURDIEU; PASSERON, 1992). A área de Pedagogia se destaca por apresentar respostas mais relacionadas à inserção no mercado de trabalho e valorização profissional e também é a que mais pretende atuar na área (70%). Uma vez que estes estudantes são os que mais trabalham (40 horas ou mais por semana), os dados podem indicar que o diploma, no curso de Pedagogia, pode vir a melhorar sua situação profissional. Tudo leva a crer que muitos desses estudantes já atuem no magistério da educação infantil, por terem realizado Curso Normal de nível médio, atuando em creches e pré-escolas.

É grande o percentual de estudantes em cursos noturnos (47%), sendo que a subárea Ciências Humanas é a que apresenta maior percentual de estudantes nesta condição (58%), seguida de Matemática, Ciências da Natureza (53%), Pedagogia (46%) e Linguagens e Códigos (37%). Esta evidência difere bastante da análise de Honorato, Vieira e Zucarrelli (2018), que aponta que os estudantes de Pedagogia são os que apresentam maior percentual de matrículas em cursos noturnos, considerando o total deles (todas as categorias administrativas). A oferta de cursos no período noturno é

importante para a democratização do acesso ao ensino superior para aqueles que necessitam conciliar os estudos com o trabalho, principalmente nas instituições federais (BRASIL, 1996, art. 4º; 2001a). Mas, cabe lembrar que a história do ensino noturno é marcada por condições de ensino e aprendizagem mais precárias, em comparação com o diurno (OLIVEIRA; BITTAR, 2010).

Matemática e Ciências da Natureza (66%) é a subárea com maior percentual de estudantes que ingressaram por meio de ampla concorrência. A subárea Ciências Humanas tem o maior percentual de estudantes que ingressaram por meio de ações afirmativas (45%). De maneira geral, ter cursado o Ensino Médio em escola pública ou privada com bolsa é o principal critério de ingresso por meio de ações afirmativas⁵ nas instituições federais (11%). Pedagogia, apesar de apresentar condição socioeconômica inferior às demais subáreas, é aquela que menos conta com apoio social, muito provavelmente porque também concentra o maior número de estudantes que trabalham 40 horas ou mais por semana. São 62% de estudantes que passaram pelo curso sem este tipo de auxílio⁶. Honorato (2015) mostra que entre estudantes cotistas do curso de Pedagogia da UFRJ é fundamental o recebimento de apoio social para custear, fundamentalmente, o transporte até esta universidade.

5 As respostas possíveis no questionário do estudante concluinte do Enade para ingresso no curso de graduação são as seguintes: ampla concorrência; critério étnico-racial; renda; ter estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos; por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores; por sistema diferente dos anteriores.

6 As respostas possíveis no questionário do estudante concluinte do Enade para apoio social são as seguintes: auxílio moradia; alimentação; moradia e alimentação; permanência; outro tipo de auxílio.

Tabela 2

Estatísticas descritivas das condições de acesso e permanência dos concluintes da área de Educação, segundo subáreas de conhecimento – instituições federais -- Brasil, 2014

Indicadores de acesso e permanência	Subáreas de conhecimento				Total N (%)
	Ciências Humanas N (%)	Matemática, Ciências da Natureza N (%)	Linguagens, Códigos N (%)	Pedagogia N (%)	
Pretende ensinar					
Sim, principal ocupação	5.614 (57%)	9.157 (55%)	6.753 (57%)	9.118 (70%)	30.642 (60%)
Sim, ocupação secundária	1.974 (20%)	3.649 (22%)	2.101 (18%)	1.699 (13%)	9.423 (18%)
Não	615 (6%)	1.048 (6%)	879 (7%)	657 (5%)	3.199 (6%)
Não decidiu	1.662 (17%)	2.754 (17%)	2.025 (17%)	1.522 (12%)	7.963 (16%)
Forma de ingresso					
Ampla concorrência	6.969 (55%)	12.633(66%)	8.784 (63%)	9.068 (63%)	37.454 (62%)
Ação afirmativa	5.586 (45%)	6.509 (34%)	5.157 (37%)	22.633 (38%)	22.633 (38%)
Indicador de apoio social					
Com apoio social	6.919 (55%)	11.513(60%)	8.477 (61%)	10.067 (62%)	36.976 (62%)
Sem apoio social	5.636 (45%)	7.629 (40%)	5.464 (39%)	23.111 (38%)	23.111 (38%)
Turno do curso de graduação					
Não noturno	6.472 (52%)	8.922 (47%)	8.811 (63%)	7.766 (54%)	31.971 (53%)
Noturno	6.083 (58%)	10.220(53%)	5.130 (37%)	6.683 (46%)	28.116 (47%)
Tipo de escola no Ensino Médio					
Escola pública	7.700 (78%)	13.150(79%)	8.802 (75%)	11.034 (85%)	40.686 (79%)
Escola privada	2.166 (22%)	3.457 (21%)	2.940 (25%)	1.964 (15%)	10.527 (21%)
Modalidade de Ensino Médio					
EJA	515 (5%)	420 (3%)	516 (4%)	680 (5%)	2.131 (4%)
Profissional	1.807 (18%)	2.999 (18%)	2.217 (19%)	4.821 (38%)	11.844 (23%)
Tradicional	7.449 (76%)	13.081(79%)	8.922 (77%)	7.343 (57%)	36.795 (72%)
Motivação para escolher licenciatura					
Mercado de trabalho	1.126 (9%)	3.281 (17%)	1.617 (12%)	2.749 (19%)	87.73 (15%)
Outras	2.868 (23%)	3.693 (19%)	2.405 (17%)	1.999 (14%)	10.965 (18%)
Vocação	3.735 (30%)	6.122 (32%)	5.370 (39%)	3.380 (23%)	18.607 (31%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do ENADE 2014.

Nota 1: Em Tipo de EM, menos de 1% selecionaram “Todo no exterior” ou “Parte no Brasil e parte no exterior”.

Nota 2: O percentual de *missing* nos cruzamentos realizados é de 44%.

Discussão e conclusões

Na bibliografia sobre a expansão do ensino superior no mundo moderno verificamos um conjunto de perspectivas que procuram explicar a maior demanda e oferta deste nível de ensino. De uma posição que poderíamos chamar de “econômica” esta tendência estaria associada a necessidades de formação de quadros mais escolarizados e profissionalizados, uma vez que o próprio desenvolvimento tecnológico requereria certas condições cognitivas que poderiam ser supridas pelas instituições escolares. Esta proposição associa-se, especialmente, à teoria do capital humano⁷ (dos anos 1960), que, simplificada, sustenta que a maior escolaridade dos indivíduos aumenta sua produtividade, empregabilidade e renda; com efeito, o investimento (individual) em educação teria impacto positivo sobre a economia.

No campo da sociologia funcionalista, embora haja forte conformidade teórica com a abordagem econômica, haveria maior preocupação sobre o que a relação entre “educação–produtividade–emprego–renda” informa acerca dos processos de estratificação social. Davis e Moore (1974) teriam desencadeado um amplo debate no período do pós Segunda Guerra, atentando tanto para o sistema de posições sociais como uma hierarquia ordenada, quanto para o acesso dos indivíduos a elas. Elaboraram uma teoria própria da estratificação social. Para esses autores, todas as sociedades distribuiriam seus membros em posições de tal forma que os fizessem executar deveres/papéis/tarefas/funções a elas inerentes; e induziriam a preenchê-las de acordo com suas habilidades, capacidades, dons e talentos.

As posições sociais não demandariam os mesmos dons inatos e nem seriam igualmente agradáveis. Para assegurar que os mais capazes preencham as posições funcionalmente “mais importantes”, recompensas (de vários tipos) seriam distribuídas a cada uma das posições. Se é que existe “desigualdade social”, para este tipo de posição, sua natureza seria legítima, uma vez que justificada por traços individuais inatos. Em *A ideologia das aptidões naturais*, Bisseret (1979) nos mostra como a noção de aptidão inata tomou lugar central no sistema de interpretação que a sociedade francesa deu/dá às suas desigualdades escolares e sociais, chegando, ao século XX, associada à de

7 Esta teoria está associada aos economistas americanos Becker, Mincer e Schultz. No Brasil, a teoria teria sido introduzida por meio de trabalhos de Carlos Limongi, Mário Henrique Simonsen e Cláudio Moura Castro. Atualmente, essa proposição estaria revitalizada, por exemplo, na noção de “competência” (HONORATO, 2010; RÉGNIER, 2006).

“mérito” e à ideologia igualitária⁸, o que será questionado pela Sociologia da Educação.

No campo da Psicologia, a noção estaria associada à área de pesquisa chamada pela autora de “seleção escolar e profissional”. Entretanto, ela a caracteriza muito mais como uma “prática empírica e técnicas fundamentadas em demandas sociais e interesses extracientíficos” do que, verdadeiramente, como um campo científico. Um amplo conjunto de testes psicológicos foi produzido de modo a identificar aptidões variadas e, assim, “adequar as pessoas certas nos lugares certos”. A orientação profissional também teria se desenvolvido a partir de investigações desta área, com o objetivo de indicar quais caminhos cada indivíduo, dotado de aptidões diferenciadas, deveria seguir em busca por uma ocupação/profissão. A natureza, portanto, seria a causadora de diferenças individuais e sociais.

O verdadeiro problema é que nem a ideologia igualitária, nem a psicologia diferencial, nem a abordagem econômica ou a sociologia funcionalista explicam por que “aptidões superiores” nunca são distribuídas ao acaso. Por que elas são encontradas somente entre membros de grupos sociais mais privilegiados? Por que, por exemplo, segundo a distribuição de renda numa população, o nível intelectual (medido por testes de inteligência) se modifica? Por que os “inaptos” para certas tarefas concentrar-se-iam mais entre classes populares? Por que certos caminhos seriam, recorrentemente, aconselhados a serem seguidos de forma associada ao sexo e ao gênero? Assim, a escolarização ofereceria as mesmas oportunidades sociais a todos, se, desde muito cedo, estivessem separados por processos sociais?

A Sociologia não ignora os *condicionamentos sociais das vocações*. Haveria, pelo menos, dois grandes quadros teóricos/metodológicos de análise sociológica da relação entre origem e marcas sociais de indivíduos e grupos, e escolha/acesso por/a determinadas carreiras. O primeiro seria o da “escolha racional” e o segundo o da “tradição bourdieusiana”. Na perspectiva da escolha racional, a candidatura a certas carreiras, e, com efeito, o acesso a elas, “é descrita como resultado de uma análise estratégica (e consciente) dos custos e benefícios associados a diferentes alternativas de ação” (NOGUEIRA, 2012). Já para a perspectiva bourdieusiana, haveria um ajustamento de preferências às condições objetivas de sua realização, como uma expressão de um *habitus* construído.

8 Essa posição teria sido reforçada pela antropometria e craniometria da primeira metade do século XIX; por teorias da biologia da segunda metade do século XIX; e, no século XX, pela psicologia diferencial, além da economia e sociologia (como vimos aqui).

De uma ou de outra posição, a Sociologia postula que escolhas individuais e o acesso a carreiras de ensino superior não se reduzem a uma expressão de um gosto ou vocação inata. Com efeito, ao olharmos para a distribuição dos estudantes no sistema de ensino superior, observamos que não existe aleatoriedade, e sim uma forte associação entre características socioeconômicas, sexo, cor, desempenho acadêmico (entre outros fatores) e o curso frequentado. Os indivíduos antecipar-se-iam aos processos seletivos, escolhendo carreiras compatíveis com características sociais e escolares. A tendência (estatística) é a de que indivíduos mais novos e com uma situação socioeconômica mais favorável escolham e sejam aprovados na seleção para cursos mais prestigiosos e com melhor retorno.

Por outro lado, indivíduos mais velhos, com um perfil socioeconômico mais modesto, que trabalham ou pretendem trabalhar durante o curso de graduação, tendem a se candidatar e ser aprovados para profissões de menor prestígio e menos rentáveis, mesmo que, muitas vezes, apresentem desempenho acadêmico que permitiria a candidatura a carreiras de maior prestígio (como podemos ver no trabalho de PAUL e SILVA, 1998). Assim, se faz necessário compreendermos os determinantes sociais das escolhas, do acesso e da permanência nos cursos superiores e, conseqüentemente, os efeitos que podem vir a provocar na distribuição dos diplomados na estrutura de empregos. A partir de exercícios deste tipo, seria possível identificar processos mais amplos de produção e efeitos de desigualdades.

Se, mesmo num quadro de expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior, indivíduos com determinadas características sociais – mais ou menos privilegiadas – tendem a escolher, acessar e se formar em certas carreiras, também de maior ou menor prestígio, não poderíamos afirmar que a expansão desse nível de ensino cumpre um papel necessariamente democrático. Somente porque o sistema tem recebido um maior número de indivíduos oriundos de grupos historicamente menos presentes nele, não significa que ele seja, de fato, aberto. Isso quer dizer que no processo de expansão e/ou mesmo de passagem de um sistema de elite para um de massa, diferentes categorias sociais podem não vir a se beneficiar da mesma forma (DUBET, 2015) pelo retorno econômico, social e de poder de seus diplomas.

Todo esse processo permitiria que desigualdades sociais mais amplas fossem *efetivamente mantidas*, se certos grupos acabam se dirigindo a carreiras menos rentáveis, de menor prestígio e menor poder, ainda que o sistema passe de um milhão para oito milhões de matrículas em dez anos, como é o caso brasileiro. A proposição da *de-*

sigualdade efetivamente mantida é associada a Lucas (2001). Para Lucas, a desigualdade entre grupos se manteria a despeito da expansão do sistema; quando o acesso se torna massificado, ou mesmo universal, as diferenças passam a ser qualitativas. Mont’Alvão (2016) se refere à proposta de Lucas como a de um tipo que investiga a *estratificação horizontal* do acesso ao ensino superior, em contraste com a *estratificação vertical*.

Não foi aqui nosso objetivo realizar uma comparação da área de Educação com outras – pois, já sabemos (a partir de um grande conjunto de estudos) que ela concentra estudantes de menor nível socioeconômico, cultural e de desempenho. Também não pretendemos discutir a questão da “atratividade docente”, embora seja este um tema de extrema importância⁹. Focamos na *estratificação interna* ou *horizontal* da área de Educação com o intuito de analisá-la de forma objetiva, verificando padrões persistentes de *desigualdades efetivamente mantidas* nas oportunidades daqueles que passam numa única categoria administrativa – a pública federal. Foi possível observar que a subárea Pedagogia não concentra apenas os piores resultados socioeconômicos, mas também de acesso e permanência.

Vale ressaltar que, de maneira geral, o problema da pior ou melhor condição socioeconômica está em quanto e como o estudante pode se beneficiar da experiência de cursar/ter cursado o ensino superior. Um estudante trabalhador do período noturno, por exemplo, tem menor disponibilidade de participar de atividades extra-classe, como em projetos de extensão e pesquisa, eventos científicos, culturais e artísticos e de programas de monitoria e de iniciação à docência. De fato, vimos que a subárea Pedagogia, com resultados piores nos indicadores socioeconômicos, tem piores condições de acesso e permanência em seus cursos. As demais subáreas, com estudantes com melhores condições socioeconômicas, estariam no lado oposto da estratificação de acesso e permanência da área.

As análises feitas permitem apontar para um padrão bem marcado – uma grande diferença socioeconômica entre a subárea Pedagogia e as demais subáreas das licenciaturas brasileiras. Entre estas últimas não existe um padrão tão evidente, sendo as diferenças entre cursos maiores que as diferenças entre elas (HONORATO, 2018). Essa é uma importante evidência de que diferentes categoriais sociais são condicio-

9 Muito do que se tem produzido sobre o assunto chama atenção para o fato de que os países com os melhores resultados em exames como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) são aqueles que investiram muito na atração de estudantes com os melhores desempenhos na educação básica para a carreira docente – ver, por exemplo, o Capítulo 1 do trabalho de Leme (2012).

nadas (socialmente) a concentrar suas escolhas, acesso, permanência e conclusão dos cursos, igualmente, em distintas carreiras docentes. Nos termos dos trabalhos sobre *estratificação horizontal no ensino superior*, o estudo realizado buscou compreender em que medida este nível de ensino, na área de Educação, consegue diminuir o peso da origem social na definição das trajetórias possíveis (subáreas). O que vimos, não obstante, é que a origem socioeconômica e marcas sociais estão associadas a diferenças qualitativas nas distintas rotas da formação de professores.

De modo a dar continuidade ao debate, seria importante realizar análises das oportunidades sociais e econômicas conferidas aos distintos diplomas por subárea de conhecimento, examinando o condicionamento social do acesso a diferentes postos de trabalho acessados por indivíduos e grupos com um mesmo diploma na área de Educação¹⁰. Piores condições socioeconômicas, de acesso e permanência e de desempenho estariam associadas ao preenchimento de posições de baixo prestígio no mercado de trabalho em Educação? Somente analisando a saída do sistema de ensino e a entrada no disputado campo do trabalho é que será possível verificar em que medida estudantes com distintos perfis se beneficiam de seus títulos superiores.

Referências

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 858-81, out./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/198053143273>

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Introdução. In: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. *Ensino superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 11-6.

_____. Origem social e vocação profissional. In: HONORATO, G; HERINGER, R. (Orgs.). *Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2015.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; ZUCCARELLI, Carolina. A formação nas áreas de CTEM: saberes modernos em instituições tradicionais. In: OLIVEIRA, Marina P. P. et al. (Orgs.). *Formação de profissionais das áreas de ciência, tecnologia, engenharia e*

10 Com relação à categoria federal, também seria imprescindível o detalhamento de dados por região geográfica.

matemática (CTEM). Brasília, DF: ABDI/IPEA, 2014. Vol. 4, p. 63-98.

BARBOSA, M. L.; VIEIRA, A.; SANTOS, C. T. Institutional and social factors of performance and completion of higher education. In: CHER ANNUAL CONFERENCE, 30., 2017, Jyväskylä, Finland. [S.n.t.].

BISSERET, Noelle. A ideologia das aptidões naturais. In: DURAND, José Carlos (Org.). *Educação e hegemonia de classe: as funções ideológicas da escola*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 23 dez. 1996.

_____. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 15 abr. 2004.

_____. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 30 ago. 2012.

_____. Ministério da Educação. *Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF, 2007.

BRITO, Murillo Marschner Alves de. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 163, p. 224-63, mar. 2017. <https://doi.org/10.1590/198053143789>

COLLARES, Ana Cristina Murta. Educational inequalities and the expansion of postsecondary education in Brazil, from 1982 to 2006. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — University of Wisconsin, Madison, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. *Em Aberto*, v. 8, n. 43, p. 1-9, jul./set. 1989. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.8i43.1743>

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert E. Alguns princípios de estratificação. In: VELLOSO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antônio R. (Orgs.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 61-83.

DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? *Caderno CRH*, v. 28, n. 74, p. 255-66, mai./ago. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002>

ELACQUA, Gregory et al. Profissão professor na América Latina: Por que a docência perdeu o prestígio e como recuperá-lo? New York: BID, 2018.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. *Revista Internacional de Formação de Professores*, v. 1, n. 2, p. 90-102, mai. 2009.

GERBER, T. P.; CHEUNG, S. Y. Horizontal stratification in postsecondary education: forms, explanations, and implications. *Annual Review of Sociology*, v. 34, n. 1, p. 299-318, ago. 2008. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134604>

GOUVEIA, Aparecida Jouly. *Professoras de amanhã: um estudo de escolha ocupacional*. 2. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1970.

HONORATO, Gabriela. *Intermediação do acesso aos empregos e inserção profissional: os profissionais de recursos humanos sob o olhar sociológico*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Investigando “permanência” no ensino superior: um estudo sobre cotistas do curso de pedagogia da UFRJ. In: HONORATO, G; HERINGER, R. (Orgs.). *Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2015. p. 96-134 .

_____. *Democratização da educação superior, desempenho de estudantes e retorno dos diplomas obtidos: uma análise da área de educação*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: LEPES/FE/UFRJ, 2018.

HONORATO, Gabriela; VIEIRA, André; ZUCCARELLI, Carolina. Expansão, diversificação e composição social da área de Educação no ensino superior brasileiro (1995-2015). In: HERINGER, R. (Org.). *Educação superior no Brasil contemporâneo: estudos sobre acesso, democratização e desigualdades*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 2018. p. 31-85 (Coleção Cadernos do Lepas, Vol. 1).

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Microdados do Censo da Educação Superior 2013*. Brasília, DF, 2013.

_____. *Microdados do Censo da Educação Superior 2015*. Brasília, DF, 2015.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

NAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Microdados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://inep.gov.br/microdados>>. Acesso em: 10 set. 2017.

LEME, Luciana França. *Atratividade do magistério para a educação básica: estudo com ingressantes de cursos superiores da Universidade de São Paulo*. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LUCAS, S. Effectively maintained inequality: education transitions, track mobility, and social background effects. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 6, p. 1642-90, 2001.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. A dimensão vertical e horizontal da estratificação educacional. *Teoria e Cultura*, v. 11, n. 1, jan./jun. 2016.

NEVES, Clarissa Baeta; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, jan./abr. 2018. <https://doi.org/10.20336/rbs.243>

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 18, 2012.

NUNES, Daniel de Freitas. *Quem quer ser professor no Brasil: uma análise a partir de variáveis socioeconômicas de estudantes de licenciatura*. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

OLIVEIRA, João F. de O.; BITTAR, Mariluce; LEMOS, Jardenaide R. Ensino superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. *Revista de Educação Pública*, v. 19, n. 40, p. 201-384, maio/ago. 2010.

PALAZZO, Janete. *A escolha do magistério como carreira: por quê (não)?* 2015. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

PAUL, J. J.; SILVA, N. V. Conhecendo o seu lugar: a auto-seleção na escolha da carreira. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, n. 14, p. 115-130, 1998.

PRATES, Antônio Augusto Pereira; COLLARES, Ana Cristina Murta. *Desigualdade e Expansão Do Ensino Superior Na Sociedade Contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

PRATES, Antônio Augusto Pereira; SILVA, Matheus Faleiros. Os efeitos diferenciais

do tipo de instituição de ensino superior sobre o prestígio dos seus egressos no mercado de trabalho. In: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (Org.). *Ensino superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 129-54.

RÉGNIER, Karla Von Dolinger. *O que conta como mérito no processo de seleção de gerentes e executivos no Brasil: uma análise baseada na oferta de empregos de anúncios classificados*. 2006. 327 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Ensino superior e mercado de trabalho: uma análise de idade, período e coorte. In: _____. *Juventudes e educação: escola e transições para a vida adulta no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue, 2014. p. 301-23.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCHLEGEL, R. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, M. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 133-162.

SALATA, A. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social*, v. 30, n. 2, p. 219-53, 2018. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A divisão interna do campo universitário: uma tentativa de classificação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 80, n. 196, p. 415-71, set./dez. 1999.

SOUZA, P. F.; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, p. 77-100, jun. 2010.

STARR, Paul. *The social transformation of American medicine*. New York: Basic Books, 1982.

ZUCCARELLI, Carolina; HONORATO, Gabriela; VIEIRA, Andre. Perfil socioeconômico, motivações e aspirações profissionais de concluintes da área de Educação do ensino superior no Brasil, 2014. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas. Cidade: Editora, 2018. Disponível em <http://www.abep.org.br/xxiencontro/arquivos/R0305-1.pdf>. Acesso em: 9 out 2018.

Submissão em: 03-12-2018

Aceito em: 04-12-2018